



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 16, n. 1, Jan./Jun, 2024

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 29.04.2023. Revisado por pares em: 14.06.2023. Reformulado em: 15.07.2023. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2024v16n1ID32390

Evidências da divulgação dos objetivos de desenvolvimento sustentável em empresas brasileiras de capital aberto

Evidence of sustainable development goals disclosure in publicly traded Brazilian companies

Evidencia de divulgación de objetivos de desarrollo sostenible en empresas brasileñas que cotizan en bolsa

Autores

João Pedro Lopes Barra

Bacharel em Engenharia de Materiais pela Universidade de São Paulo (São Carlos/Brasil).

Endereço: Avenida Trabalhador Sancarlene, 400, Parque Arnold Schimidt, São Carlos, São Paulo – Brasil, CEP: 13566-590. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8769-6044>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2078987502439758>

E-mail: joao.barra@alumni.usp.br

Ícaro Guilherme Félix da Cunha

Doutorando em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (São Carlos/Brasil).

Endereço: Avenida Trabalhador Sancarlene, 400, Parque Arnold Schimidt, São Carlos, São Paulo – Brasil, CEP: 13566-590. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1633-2475>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7317853846480354>

E-mail: icarogfcunha@usp.br

Maria Júlia Estevão de Melo Oliveira

Graduanda em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (São Carlos/Brasil).

Endereço: Avenida Trabalhador Sancarlene, 400, Parque Arnold Schimidt, São Carlos, São Paulo – Brasil, CEP: 13566-590. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5464-2742>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2594319128160465>

E-mail: majumelo@usp.br

Renata Veloso Santos Policarpo

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil).

Endereço: Instituto Federal Minas Gerais, Avenida Michael Pereira de Souza, 3007, Campinho, Congonhas, Minas Gerais, Brasil, CEP: 36415-000.

Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9233-0431>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9284516704518688>

E-mail: renata.veloso@usp.br

Daisy Aparecida do Nascimento Rebelatto

Doutorado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (São Carlos/Brasil).

Endereço: Avenida Trabalhador Sancarlene, 400, Parque Arnold Schimidt, São Carlos, São Paulo – Brasil, CEP: 13566-590. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0611-1492>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7852151945196465>

E-mail: daisy@usp.br

Resumo

Objetivo: O presente artigo busca identificar se as empresas brasileiras de capital aberto, listadas no Índice Brasil 50 (IBrX50) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), utilizam os objetivos do desenvolvimento sustentável para nortear suas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Metodologia: A avaliação se dá, pela análise descritiva de conteúdo, de empresas listadas no IBrX50, com destaque para que também eram listadas no ISE B3, no ano de 2022. A coleta de dados coletou informações, principalmente nos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra e em sites especializados na avaliação ESG.

Resultados: A pesquisa apresenta analogias entre as carteiras teóricas do ISE B3 e do IBrX50 e conduz análises dos ativos presentes em ambas as carteiras e pontuações ESG, bem como, a proximidade dos ativos em relação a evidenciação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em seus relatórios de sustentabilidade. Pelas análises verificou-se que, apesar de grande parte das empresas divulgarem relatórios de sustentabilidade e citarem os ODS, poucas delas divulgam metas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável de maneira prática.

Contribuições do Estudo: O artigo contribui com o campo de pesquisas relacionadas à divulgação voluntária de informações sobre sustentabilidade, apresentando um panorama inicial das evidências acerca da divulgação dos ODS em relatórios de sustentabilidade no contexto brasileiro. Estudos futuros podem explorar análises que incorporem as práticas ESG nas empresas.

Palavras-chave: ESG. Sustentabilidade corporativa. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

Purpose: This article examines if publicly traded Brazilian companies listed on the Brazil 50 Index (IBrX50) and the Corporate Sustainability Index (ISE) use Sustainable Development Goals to guide their environmental, social, and governance practices (ESG).

Methodology: The evaluation is carried out through the descriptive content analysis of companies listed on the IBrX50. We highlight that they were also listed on the ISE B3 in the year 2022. Data was gathered from the companies' sustainability reports and on websites specialized in ESG assessments.

Results: The research presents analogies between the ISE B3 and the IBrX50 theoretical portfolios while analyzing the assets in their portfolios and ESG scores. We additionally look into the proximity of the assets in relation to the disclosure of the Sustainable Development Goals in their sustainability reports. We found that, although most companies publish sustainability reports and mention the SDGs, few disclose the goals and initiatives aimed at sustainable development practically.

Contributions of the Study: The article contributes to the field of research on the voluntary disclosure of information on sustainability. It presents an initial overview on SDGs disclosure in sustainability reports within the Brazilian context. Future studies may explore analyzes which include ESG practices in companies.

Keywords: ESG. Corporate sustainability. Sustainable Development Goals.

Resumen

Objetivo: Este artículo busca identificar si las empresas brasileñas que cotizan en bolsa, listadas en el Índice Brasil 50 (IBrX50) y en el Índice de Sostenibilidad Corporativa (ISE), utilizan los Objetivos de Desarrollo Sostenible para orientar sus prácticas ambientales, sociales y de gobierno (ESG).

Metodología: La evaluación se realiza a través del análisis de contenido descriptivo de las empresas listadas en el IBrX50, destacando que también cotizaron en el ISE B3, en el año 2022. La recolección de datos recopiló información, principalmente en los informes de sustentabilidad de las empresas de la muestra y en sitios web especializados en evaluación ESG.

Resultados: La investigación presenta analogías entre las carteras teóricas del ISE B3 y el IBrX50 y efectúa análisis de los activos presentes en ambas carteras y puntuaciones ESG, así como la proximidad de los activos en relación con la divulgación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en sus Informes de sostenibilidad. A través del análisis se encontró que, aunque la mayoría de las empresas publican informes de sostenibilidad y mencionan los ODS, pocas empresas divulgan metas e iniciativas orientadas al desarrollo sostenible de forma práctica.

Contribuciones del Estudio: El artículo contribuye el campo de investigación relacionado con la divulgación voluntaria de información sobre sostenibilidad, presentando un panorama inicial de las evidencias sobre la divulgación de los ODS en los informes de sostenibilidad en el

contexto brasileiro. Los estudios futuros pueden explorar análisis que incorporen prácticas ESG en las empresas.

Palabras clave: ESG. Sostenibilidad corporativa. Objetivos de Desarrollo Sostenible.

1 Introdução

Em termos de responsabilidade na elaboração de estratégias para endereçar problemas ambientais, sociais, econômicos e governamentais, tanto o Estado quanto o setor privado, devem, em conjunto, definir metas para beneficiar de maneira ampla categorias de força de trabalho, direitos humanos e comunidade, além de preservar recursos garantindo a redução de emissão de gases poluentes e a inovação ambiental (Soschinski, Brandt, & Klann, 2019). Sob a ótica do setor privado, a forma de disseminar a sustentabilidade depende da capacidade de auxiliar as mudanças entre os mercados financeiros, investidores e consumidores das economias emergentes e nações em desenvolvimento na contribuição para um desenvolvimento sustentável global (Elkington, 1997).

Em um cenário de grande visibilidade e cobrança por transparência, as empresas, por meio da divulgação de práticas sustentáveis, ganharam muita força em ditar tendências que visam a sustentabilidade (Marcus, Kurucz, & Colbert, 2010). Neste sentido, a divulgação, por parte das empresas, de práticas socialmente responsáveis tem experimentado grande pressão por parte dos *stakeholders* em mercados de países desenvolvidos, como o norte-americano e europeu (Soschinski et al., 2019). Um dos aspectos que contribuiu para essa cobrança foi a evolução tecnológica, que provocou uma intensificação do fluxo informacional e internacionalização dos mercados, principalmente em relação às questões ambientais e sociais, em que as empresas buscam manter ou ganhar reputação frente a seus *stakeholders*, e assim, crescendo a preocupação com o que se refere ao comportamento ético e socialmente aceitável (Machado Filho, 2006).

O surgimento de novos desafios sociais e ambientais e como forma de dar continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio da ONU, que se deu entre o ano 2000 e 2015, sendo criada em setembro de 2015 e adotada por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas, a Agenda 2030 (ONU, 2015). Com a Agenda 2030, novos temas relacionados aos desafios ambientais, sociais, econômicos e institucionais passaram a ter maior atenção, sendo composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos quais são representados por 169 metas e 232 indicadores.

Ao alinhar as práticas corporativas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os executivos das empresas conseguem redirecionar estratégias, metas e fluxos de investimento para proporcionar melhores oportunidades referentes à criação de valor no desenvolvimento sustentável. Deste modo, as empresas podem reduzir riscos e identificar novas oportunidades por meio de soluções de inovação na abordagem dos ODS e assim, alinhando a estratégia com a responsabilidade social corporativa, avançando em direção às realidades macroeconômicas de desempenho financeiro superior sustentado (ElAlfy, Palaschuk, El-Bassiouny, Wilson, & Weber, 2020).

Por outro lado, apesar de as empresas estarem mais propensas e preocupadas com a legitimação de suas ações, na transparência em relação aos seus impactos, evidenciando como a organização aborda suas práticas que atendem aos ODS, por meio de relatórios de sustentabilidade, ainda há pouca clareza quanto às estratégias adotadas por elas para atingirem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, além disso, essa prática

ainda não conta com ampla aderência das empresas de capital aberto (Izzo, Ciaburri, & Tiscini, 2020; Schramade, 2017).

Segundo (Degenhart, Vogt, & Hein, 2018), entre as 100 empresas pertencentes ao índice IBrX-100 da B3 durante os anos de 2012 e 2014, apenas 13 empresas apresentaram os dados necessários. O estudo indica que tanto os benefícios sociais internos, quanto os benefícios sociais externos possuem uma correlação positiva em relação aos indicadores econômico-financeiros das empresas, sendo que os benefícios internos contam com uma correlação maior.

Izzo et al. (2020), por exemplo, investigaram até que ponto, esse tipo de divulgação voluntária, é difundida entre as empresas italianas listadas na bolsa e destacaram que a adesão, conhecimento e divulgação de dados referentes aos ODS são maiores entre as grandes empresas italianas de elevada liquidez e capitalização. No entanto, apesar da ampla adoção aos ODS, principalmente por empresas com elevados valores de mercado e índices de liquidez, a adoção de metas e KPIs específicos voltados para esses objetivos não são claros.

No contexto brasileiro, Da Silva, De Queiroz, Da Silva, & Francisco (2021) analisaram relatórios de sustentabilidade publicados em 2017 e 2018 em uma amostra de 44 empresas, com o intuito de averiguar ações voltadas ao cumprimento dos 17 ODS. Os autores destacaram a existência de medidas em consonância com os Objetivos Sociais de Desenvolvimento Humano, embora muitas vezes essas iniciativas contemplam apenas ações internas, como campanhas entre os funcionários, negligenciando o impacto externo.

Como forma de explorar a estrutura do estudo proposto por Da Silva et al. (2021) e Izzo et al. (2020), no contexto de empresas brasileiras, define-se o seguinte problema de pesquisa: **É possível verificar de maneira clara qual o nível de divulgação de informações relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em empresas brasileiras de capital aberto?** Para responder esta questão, o artigo tem como objetivo geral identificar se as empresas brasileiras de capital aberto, listadas no Índice Brasil 50 (IBrX50) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), utilizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para nortear suas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Portanto, a relevância do tema, reside nos impactos que os ODS, propostos na Agenda 2030, tem para alcance do desenvolvimento sustentável, analisando a adoção dos ODS por parte das empresas de capital aberto em seus relatórios, financeiros ou não-financeiros e em suas estratégias organizacionais como forma de assumirem uma postura corporativa socialmente responsável que também pode ser considerada alinhada aos pilares ESG (Schramade, 2017).

2 Revisão da Literatura

2.1 Teoria da Divulgação

As empresas estão em busca de melhores práticas de governança e transparência na divulgação de seu desempenho, seja as implicações de caráter financeiro, ou as de caráter ambiental (Berthelot & Magnan, 2003; Rover, Tomazzia, Murcia, & Borba, 2012). Dessa forma, as informações divulgadas podem ser consideradas obrigatórias, como os balanços financeiros, ou voluntárias, como os relatórios de sustentabilidade no Brasil (Rover et al., 2012)

A divulgação da sustentabilidade empresarial pode ter um papel estratégico, visto que algumas empresas podem se valer dessa estratégia como uma forma de obter legitimidade e gerenciar a sua reputação (Li, Jia, & Chapple, 2023). A Teoria da Divulgação surge nesse cenário, fundamentada em evidências práticas e em modelos de análise econômica, com o objetivo principal de compreender o fenômeno da divulgação de informações financeiras (Rover et al., 2012).

Verrecchia (2001) sugere três categorias de pesquisa de divulgação na contabilidade: divulgação baseada em associação; divulgação baseada em discricionariedade; e, divulgação baseada em eficiência. A primeira categoria, visa compreender, como a divulgação externa está relacionada às atividades dos investidores. A segunda categoria está relacionada ao arbítrio de gerentes para a divulgação de informações corporativas de que ele possa ter conhecimento. Por fim, a última categoria, são relativas às modalidades de divulgação preferidas em um contexto de ausência de conhecimento prévio da informação (Verrecchia, 2001).

Hummel & Schlick (2016) explica que, sob a sustentabilidade, a Teoria da Divulgação Voluntária deve ser redirecionada para a qualidade, pois só assim será possível verificar a relação empírica, de maneira confiável e transparente, entre o desempenho da sustentabilidade corporativa e a divulgação de informações sobre sustentabilidade.

2.2 Governança Ambiental, Social e Corporativa

Nas últimas décadas observou-se uma mudança em relação à mensuração e divulgação de dados ambientais, como, por exemplo, emissão de carbono, consumo de água, geração de resíduos, entre outros, dando origem à divulgação de dados sobre Environmental, Social and Governace (ESG). Além dos dados ambientais, empresas estão considerando os dados sociais e de governança, como saúde dos colaboradores, impacto de seus produtos e serviços na sociedade e na sua relação com os clientes do ponto de vista social, e diversidade, índices de corrupção e envolvimento político do ponto de vista de governança (Amel-Zadeh & Serafeim, 2017).

O termo ESG foi citado pela primeira vez em 2004 no relatório das Nações Unidas “*Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*” que tinha o intuito de convencer o setor privado de que a adoção de fatores ambientais, sociais e de governança seria capaz de promover o fortalecimento dos mercados de investimentos e contribuir para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2004).

Desde o início dos movimentos ambientalistas, que se iniciaram na década de 1960, intensificaram-se as preocupações com questões ambientais como a poluição e a degradação ambiental (Szabo & Webster, 2021). De acordo com Amel-Zadeh & Serafeim (2017) no início da década de 1990 pouco menos de 20 empresas divulgavam dados relacionados às práticas ambientais, sociais e de governança, passando para aproximadamente 9000 empresas em 2016. Os autores ainda indicam estudos que relatam que a divulgação de informações referentes a ESG está associada com efeitos significativos quanto aos indicadores econômico-financeiros das empresas, como, por exemplo, menores restrições de capital, menor incidência de erros em relação à previsibilidade de caixa e volatilidade do preço das ações devido às de leis voltadas para a proteção do meio ambiente, causas sociais e de governança.

O aumento significativo no número de companhias que passaram a divulgar seus relatórios de sustentabilidade de forma pública nos últimos anos se deve, em grande parte, às iniciativas voluntárias internas de cada organização. A divulgação de relatórios de sustentabilidade com intenção de atrair investimentos, difundiu as classificações de sustentabilidade, chamados *scores* de ESG, no setor empresarial, onde as agências de *rating* coletam e pontuam o desempenho das empresas no aspecto ambiental, social e de governança (ESG), e fornece subsídio para investidores avaliarem os potenciais investimentos em empresas com alta ou baixa sustentabilidade (Drempetic, Klein, & Zwergel, 2020; Jyoti & Khanna, 2021).

Uma maneira de avaliar a divulgação de iniciativas ambientais, sociais e de governança é analisar se tais informações estão precificadas no patrimônio da empresa. A relevância e

confiabilidade desses dados contábeis são critérios fundamentais para produzir informações úteis para tomada de decisão dos investidores e *stakeholders* (Amel-Zadeh, 2018).

Em uma análise feita a respeito da influência da divulgação de dados e critérios de ESG nas 50 maiores economias globais, baseadas no Produto Interno Bruto (PIB), Plastun, Makarenko, Khomutenko, Osetrova, & Shcherbakov (2020), concluíram que o nível de divulgação de informações referentes a ESG difere entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo maior em países desenvolvidos. Também foi demonstrado que a divulgação de informações e dados de ESG afeta diretamente o nível de aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo que quanto maior a divulgação de informações de ESG, maior a aderência e comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Investidores institucionais, que carregam princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança nos investimentos, devem agir com interesse no longo prazo frente a seus beneficiários. Estes, acreditam que questões ambientais, sociais e de governança (ESG) podem afetar o desempenho de suas carteiras de investimento, dependendo das empresas, setores, regiões, classe de ativos e prazo de investimento (UNPRI, 2021).

Desta forma, ao passo que a demanda por produtos, mercado de capitais e serviços foram se expandindo, o interesse por consumo responsável também cresceu e, com isso, o fenômeno de *greenwashing*, definido como a intersecção de dois comportamentos empresariais, que se resumem em más práticas e conduta em relação a questões ambientais, porém com divulgação de informações de maneira positiva. O fenômeno é visto como uma ação corporativa deliberada, em que há a presença da divulgação de elementos e informações enganosas quanto a questões sociais e ambientais focadas em enganar ou confundir as demais partes interessadas (de Freitas Netto, Sobral, Ribeiro, & Soares, 2020).

No Brasil, o principal índice do mercado de capitais que tangencia os pilares do ESG é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado em 2005 pela Bovespa, após quase uma década da criação do Índice de Sustentabilidade Dow Jones pela bolsa de valores norte-americana, o ISE foi primeiro índice de sustentabilidade da América Latina e o quarto globalmente, dado a crescente preocupação com a responsabilidade empresarial em relação às causas sociais e ambientais (Machado, Machado, & Corrar, 2009). A iniciativa foi financiada pelo o *International Finance Corporation* (IFC) e contou com a colaboração de renomadas entidades financeiras brasileiras como a própria Bovespa, o Centro de Estudos em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Ministério do Meio Ambiente, entre outras (Cristófal, Akaki, Abe, Morano, & Miraglia, 2016).

2.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Embora seja uma preocupação cada vez mais atual, o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido em 1987 pelo Relatório Brundtland, intitulado *Nosso futuro comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Esse conceito é definido como “um processo de transformação que combina a exploração de recursos, os investimentos, o progresso tecnológico e a mudança institucional, a fim de atender às necessidades e desejos humanos” (ONU, 2015).

Desde então, o desenvolvimento sustentável tem se tornado um tema relevante, estimulando a introdução de práticas que visam à sustentabilidade nos modelos de negócios das empresas. Em 1992, no Rio de Janeiro, aconteceu a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, onde o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido à política mundial. A ECO-92 foi marcante ao abordar a questão ambiental do

ponto de vista científico, diplomático, político, social e de comunicação, mas ainda demandava uma compreensão específica a partir da realidade brasileira (Novaes, 1992).

Com o surgimento de novos desafios sociais e ambientais, e para dar continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio da ONU, foi criado em 2015, A Agenda 2030, adotada por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). A iniciativa apresentou novos temas relacionados aos desafios ambientais, sociais, econômicas e institucionais, que passaram a ter uma maior atenção, e era composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 1), representados por 169 metas e 232 indicadores. Além das metas e indicadores estabelecidos na Agenda 2030, a Agenda 2030 incluiu uma Declaração, que expressa a visão, os princípios e os compromissos comuns de cada um dos Estados-membros.



Figura 1 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

Fonte: (ONU, 2015)

Os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável estão conectados e falam sobre os principais problemas da sociedade no Brasil e no mundo. Segundo a ONU (2015), “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é caracterizada como análise descritiva de conteúdo que, de forma sistemática e precisa, analisa dados para inferência de conhecimento (Bardin, 2011). Utilizou-se da coleta de dados baseadas na observação sistemática para responder os objetivos estabelecidos, que se trata de uma observação estruturada, onde os pesquisadores conhecem aspectos significativos para atingir os objetivos, e elaboram um plano prévio para organização e registro das informações antes da coleta de dados (Prodanov & de Freitas, 2013).

Documentos como relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade, *scores* de desempenho ESG em sites especializados e outras informações oficiais obtidas em homepages oficiais das empresas analisadas, foram tabulados, analisados e comparados para elaboração das discussões dessa pesquisa.

3.1 Definição da amostra

A amostra foi constituída por empresas presentes na carteira teórica do Índice Brasil (IBrX 50) e na carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), no ano de 2022. Entre as possibilidades estavam o IBrX 50 e o IBrX 100, e optou-se pela análise do primeiro, no período de maio a agosto de 2022, com os dados disponíveis no *site* da B3, isso porque, as duas carteiras são muito parecidas em termos de critérios de inclusão ou exclusão, sendo a principal diferença, o número de ativos em cada uma (B3, 2022a). Foram priorizadas as avaliações de empresas IBrX50 e, para aprofundar as comparações, foram destacadas as empresas que estavam presentes no índice e também estavam presentes no ISE B3. Dessa forma, foi possível estabelecer inferências a respeito da relevância de um índice voltado para questões sustentáveis.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial é o resultado de uma carteira teórica de ativos pertencentes a um grupo selecionado de empresas, composto por ações e *units* exclusivamente de ações listadas na B3, não incluindo BDRs ou ativos de companhias em processo de recuperação judicial, regime especial de administração temporária, ou qualquer outro ativo de empresa em situação especial de listagem. Dentre os objetivos da criação do ISE está, fazer com que as empresas adotem práticas de sustentabilidade empresarial e, dessa forma, apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis (B3, 2015, 2022b).

Marcondes & Bacarji (2010), entendem que o ISE, de fato, atua como um promotor de sustentabilidade para as empresas, tornando-se uma ferramenta de gestão em que empresas brasileiras o vejam como *benchmark*, ou seja, uma referência de sustentabilidade e assim promovendo uma tendência de gestão sustentável dentro das nas empresas. A carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) referente a 2022, possuía 48 ativos.

O Índice Brasil 50 (IBrX 50) é uma seleção de ativos que resulta em uma carteira teórica com um valor de mercado de cerca de 3 trilhões de reais (B3, 2022a). Esse índice procura ser o indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Assim como para a seleção dos ativos que compõem a carteira teórica do ISE, os ativos do IBrX devem cumprir uma série de elegibilidades como: ser composto pelas ações e *units* exclusivamente de ações de companhias listadas na B3, sendo que não estão incluídos nesse universo BDRs e ativos de companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou qualquer outra situação especial de listagem, além disso, os ativos devem estar entre os 50 primeiros em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), ter presença de no mínimo 95% dos pregões e não ser considerada *penny stock* (B3, 2022a).

Para criação da carteira teórica utilizada como amostra para esse estudo, analisou-se, os ativos presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que também estavam presentes no IBrX 50. Ao cruzar os dados referentes aos ativos presentes em cada índice, observou-se 23 ativos (em negrito) em comum entre as duas carteiras teóricas durante o mesmo período, conforme a Tabela 1.

Tabela 1*Ativos do IBrX 50 presentes no ISE*

Relação de ativos IBrx 50 e ISE B3								
ABEV3	BBSE3	BRML3	CVCB3	GOAU4	LREN3	PETR3	SUZB3	WEGE3
AMER3	BIDI11	CASH3	CYRE3	HAPV3	LWSA3	PRI03	TOTS3	
AZUL4	BPAC11	CCRO3	ELET3	ITSA4	MGLU3	RADL3	USIM5	
B3SA3	BRAP4	COGN3	EMBR3	ITUB4	MRFG3	RAIL3	VALE3	
BBAS3	BRFS3	CSAN3	EQTL3	JBSS3	MULT3	RDOR3	VBBR3	
BBDC4	BRKM5	CSNA3	GGBR4	KLBN11	NTCO3	RENT3	VIIA3	

Fonte: B3 (mai-ago, 2022)

Para a análise setorial e sua proximidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável utilizou-se, para a classificação, o *site* Fundamentus, uma ferramenta *online* e gratuita que disponibiliza informações financeiras fundamentalistas das empresas com ações listadas na B3 (Fundamentus, 2022).

3.2 Coleta de dados

Foram coletadas informações sobre os discursos e relatórios oficiais das empresas analisadas em documentos publicados (materiais publicitários e documentos do site oficial), relatórios anuais, relatórios integrados e relatórios de sustentabilidade. A escolha por analisar a divulgação de ações de sustentabilidade e aproximação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de relatórios anuais das empresas se justifica pelo fato desses relatórios serem peças fundamentais para as empresas estabelecerem sua imagem frente aos *stakeholders*. Nesses relatórios estão contidas informações como os valores e princípios empresariais, estratégias de atuação e conquistas obtidas ao longo do ano.

Os documentos analisados são públicos e de fácil acesso, distribuídos aos seus clientes, acionistas e demais *stakeholders* com o intuito de repassar aos que acessam os relatórios, o pensamento e posicionamento dos gestores frente às estratégias da empresa com o mercado, sociedade e meio ambiente. Esses relatórios são altamente robustos, envolvendo diversas áreas da empresa, indicando o posicionamento e práticas empresariais adotadas pela companhia e, dessa forma, a análise destes, possibilita o entendimento e compreensão do posicionamento da empresa em relação aos temas ambientais e sociais (Irigaray, Vergara, & Araujo, 2017).

Dentre as informações analisadas nos documentos estão uma série de elementos para localizar quaisquer referências aos ODS ou qualquer outra informação fornecida pelas empresas relevantes para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como a presença de seções dedicadas apenas para os ODS ou qualquer outra menção (Izzo et al., 2020). Para medir a proximidade das empresas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizou-se um estudo baseado nos relatórios anuais de sustentabilidade divulgados pelas empresas. Esses relatórios envolvem diversas áreas da empresa e por serem relatórios planejados ao longo do ano, é possível encontrar nos textos presentes no relatório riqueza nos indícios e conceitos sobre o entendimento, posicionamento e as práticas empresariais quanto aos temas de sustentabilidade (Irigaray et al., 2017).

Com base nas informações disponibilizadas e fragmentos nos discursos coletados, (Irigaray et al., 2017) segregam o entendimento, ou seja, proximidade dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa em três categorias: Entendimento Amplo, Entendimento Restrito e Entendimento Confuso. Adaptando a classificação dos autores, neste estudo, a

proximidade das empresas com os ODS, será categorizada de maneira similar (Tabela 2), sendo classificados entre proximidade Alta, Média, Baixa e Inexistente.

Tabela 2

Critérios de classificação de proximidade com os ODS

Classificação	Descrição
Alta proximidade	O relatório de sustentabilidade deve mencionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de maneira clara, informando metas diretamente relacionadas a eles e demonstrando colocá-las em prática por meio de iniciativas sociais e ambientais.
Média proximidade	A empresa, apesar de mencionar claramente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seus relatórios de sustentabilidade, não deve apresentar evidências de vinculação dos ODS em suas metas e iniciativas.
Baixa proximidade	Mencionam ODS em seus relatórios, porém, sem clareza sobre os ODS e com a utilização de frases genéricas e amplas para explicá-los.
Inexistente	Sequer mencionam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seus relatórios de sustentabilidade ou até mesmo não publicam e disponibilizam relatórios de sustentabilidade.

Fonte: dados da pesquisa.

Para a análise dos fatores ESG das empresas, foram coletadas informações sobre as empresas estudadas no *site* ESG Book®, uma plataforma de informações de sustentabilidade corporativa coordenada por mais de 20 organizações do mundo, como Climate Governance Initiative (CGI), Pacto Global da ONU, a International Finance Corporation (IFC) e a Global Reporting Initiative (GRI), entre muitas outras, que conecta investidores com empresas, fornecendo dados ESG, de forma transparente, disponível e comparável. Nessa plataforma é possível consultar o ESG *score* de empresas cadastram-se no ESG *Book*, que fornece uma pontuação ESG integrada, indicando as empresas que seguem os princípios ESG e estão focadas na criação de valor para o acionista no longo prazo (ESG Book, 2022).

Em termos de análise e categorização, utilizou-se a regra apresentada na Tabela 3, para classificar as notas de ESG *score* obtidas no ESG Book. Deste modo, as notas puderam ser agrupadas em Alta, Média ou Baixa, como forma de facilitar as comparações subsequentes.

Tabela 3

Critérios de classificação do ESG score

Categoria	ESG score
Alto	57,0 >
Médio	50,0 > 57,0
Baixo	< 50,0
Sem dados	-

Fonte: próprio autor.

4 Análise dos Resultados

4.1 Classificação setorial

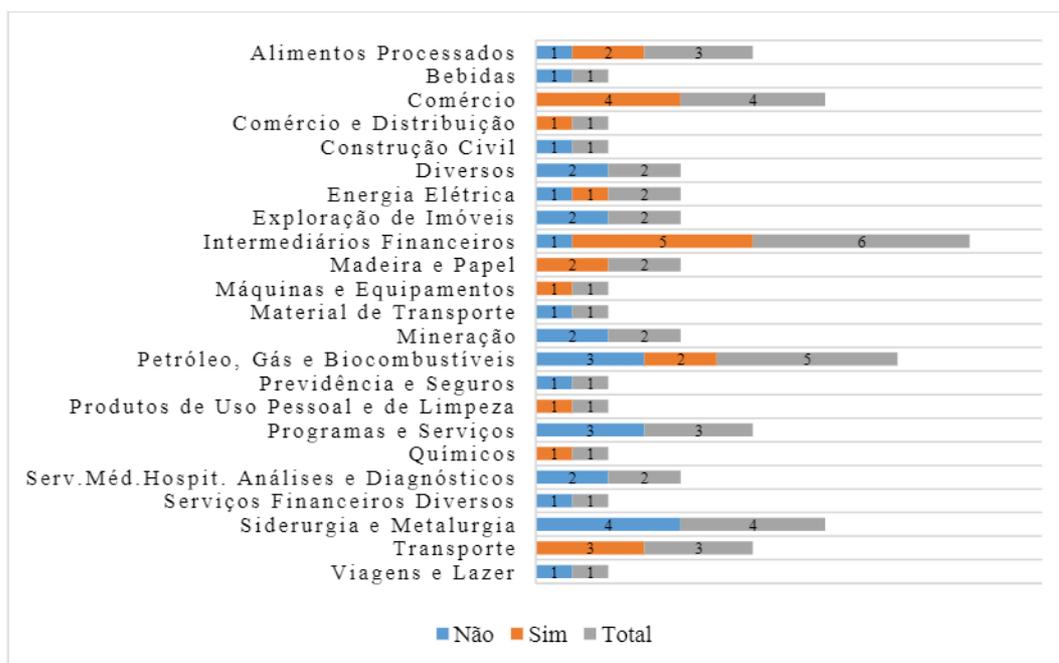
A Tabela 4 indica quais os setores das quais essas empresas pertencem e a quantidade de empresas que compõem a carteira teórica do IBRX 50 para cada um desses setores. Foram 23 setores mapeados ao todo, por essa perspectiva, os setores com o maior número de representantes são Intermediários Financeiros, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Siderurgia e Metalurgia e Comércio, todos com 4 ou mais representantes na carteira teórica do IBRX 50 em 2022.

Tabela 4*Agrupamento das empresas IBrX50 por setor*

Setor	Quantidade	Setor	Quantidade
Alimentos Processados	3	Mineração	2
Bebidas	1	Petróleo, Gás e Biocombustível	4
Comércio	4	Previdência e Seguros	1
Comércio e Distribuição	1	Produtos de uso pessoal e limpeza	1
Construção civil	1	Programas e Serviços	3
Diversos	2	Químicos	1
Energia Elétrica	2	Serviços Médicos Hospitalares	2
Exploração de Imóveis	2	Serviços Financeiros Diversos	1
Intermediários Financeiros	6	Siderurgia e Metalurgia	4
Madeira e Papel	2	Transporte	3
Máquinas e Equipamentos	1	Viagens e Lazer	1
Material de Transporte	1	-	-

Fonte: dados da pesquisa.

Diante da classificação da Tabela 3, é possível verificar na Figura 2, setorialmente, a quantidade de empresas no IBrX50 que também estão presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial.

**Figura 2** Presença setorial no ISE B3*Fonte: dados da pesquisa.*

Observa-se a baixa presença de empresas dos setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Mineração, Siderurgia e Metalurgia e Programas e Serviços. Por outro lado, nota-se uma presença elevada no Índice de Sustentabilidade Empresarial das empresas dos setores de Comércio, Intermediários Financeiros, Transporte e Madeira e Papel.

4.3 ESG score

Durante a coleta de dados, investigou-se o ESG *score* das empresas pertencentes à carteira teórica do IBrX 50, com exceção de sete empresas, por indisponibilidade dos dados no

ESG Book. São elas: Meliuz S.A. (CASH3), Brazilian Electric Power Co (ELET3), Multiplan (MULT3), Petróleo Brasileiro SA Petrobras (PETR3), Suzano S.A. (SUZB3), Locaweb (LWSA3) e Rede d'or São Luiz S.A. (RDOR3). Na Tabela 5 pode-se consultar o ESG *score* para cada uma das empresas.

Tabela 5

ESG score das empresas do IBrX 50

Empresa	ESG Score	Empresa	ESG Score	Empresa	ESG Score
B3SA3	67,3	GGBR4	55,51	TOTS3	50,87
ITSA4	65,96	BBSE3	54,94	EQTL3	49,75
WEGE3	64,03	BRAP4	53,71	MGLU3	49,61
NTCO3	63,12	AZUL4	53,35	RENT3	49,47
BIDI11	62	COGN3	52,62	GOAU4	49,05
BPAC11	59,89	CYRE3	52,58	HAPV3	45,91
ITUB4	59,62	RADL3	52,52	CVCB3	45,56
LREN3	59,58	VBBR3	52,02	BRKM5	45,33
ABEV3	59,48	CSNA3	51,79	RAIL3	43,57
USIM5	58,35	MRF3	51,77	EMBR3	42,78
VALE3	56,16	AMER3	51,7	JBSS3	42,65
BBDC4	55,96	KLBN11	51,42	PRI03	41,67
BRML3	55,78	BRFS3	51,23	VIIA3	41,14
BBAS3	55,75	CCRO3	51,16	CSAN3	40,14

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 5 apresenta as empresas analisadas e seus respectivos *scores* em ordem decrescente, conforme o ESG *Book*. Alinhado a essa análise, a Figura 3 divide os setores entre ESG *score* Alto, Médio, Baixo ou Sem dados, conforme classificação apresentada na Tabela 3. A regra para a categorização está relacionada com o valor do ESG *score*, sendo que um Alto ESG *score* é dado para empresas com *score* acima de 57,0 e empresas com ESG *score* abaixo de 50,0 são considerados Baixo. Por fim, empresas com ESG *score* entre 50,0 e 57,0 são consideradas ESG *score* Médio. Pela Figura 2 pode-se observar que os setores que apresentam ESG *score* Alto são Intermediários Financeiros, enquanto os setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentam um ESG *score* considerado Baixo.

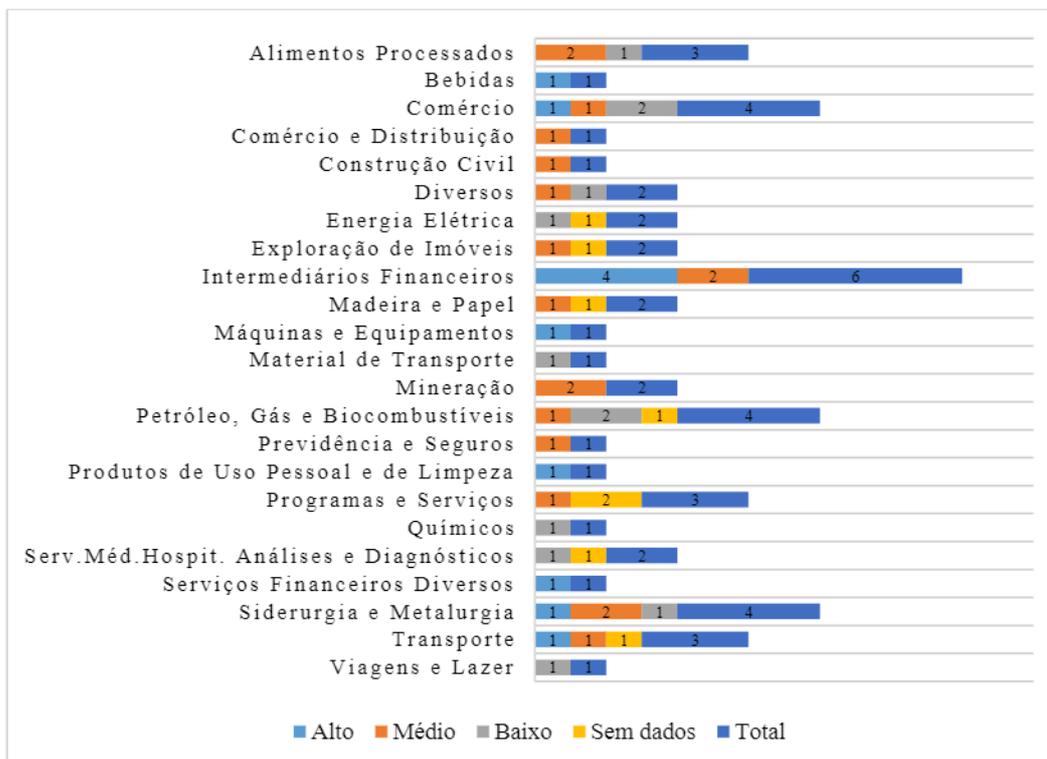


Figura 3 ESG score por setores

Fonte: dados da pesquisa.

Dentre as empresas de Alto ESG score, maior parte delas são do setor de Intermediários Financeiros, da qual apenas uma (BIDI11) não está presente no ISE. Entre as 23 empresas, listadas em ambos os índices, 26% apresentam Alto ESG score, 22% tem Baixo ESG score enquanto 43% possuem ESG score Médio. Das empresas sem informações, duas estão presentes em ambos os índices (ELET3 e SUZB3), enquanto as outras estão apenas no IBrX50.

4.4 Relação de proximidade com os ODS

Conforme as classificações propostas na Tabela 2, realizou-se uma análise qualitativa dos relatórios de modo a levantar o grau de proximidade das empresas presentes no IBrX 50 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Tabela 6 indica o grau de proximidade de cada empresa com os ODS. No caso de proximidade inexistente ou não foi disponibilizado um relatório anual, ou no relatório disponibilizado não houve nenhuma menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 6

Proximidade das empresas com ODS

Empresa	Proximidade	Empresa	Proximidade	Empresa	Proximidade	Empresa	Proximidade
ABEV3	Média	CCRO3	Inexistente	JBSS3	Média	VBBR3	Média
AMER3	Alta	COGN3	Alta	KLBN11	Baixa	VIIA3	Baixa
AZUL4	Alta	CSAN3	Alta	LREN3	Alta	WEGE3	Alta
B3SA3	Média	CSNA3	Alta	MGLU3	Média	CASH3	Inexistente
BBAS3	Alta	CVCB3	Inexistente	MRFG3	Baixa	ELET3	Alta
BBDC4	Média	CYRE3	Inexistente	NTCO3	Baixa	MULT3	Baixa

BBSE3	Baixa	EMBR3	Inexistente	PRI03	Inexistente	PETR3	Alta
BIDI11	Média	EQTL3	Inexistente	RADL3	Média	PETR4	Alta
BPAC11	Média	GGBR4	Alta	RAIL3	Média	SUZB3	Média
BRAP4	Inexistente	GOAU4	Alta	RENT3	Média	LWSA3	Inexistente
BRFS3	Média	HAPV3	Inexistente	TOTS3	Alta	RDOR3	Média
BRKM5	Média	ITSA4	Média	USIM5	Alta		
BRML3	Inexistente	ITUB4	Alta	VALE3	Alta		

Fonte: dados da pesquisa.

A Figura 4 sumariza, em termos quantitativos, o número de empresas em cada categoria. Nota-se que 78% das empresas, ao menos, mencionam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, porém apenas 34% das empresas possuem um grau de proximidade Alto.

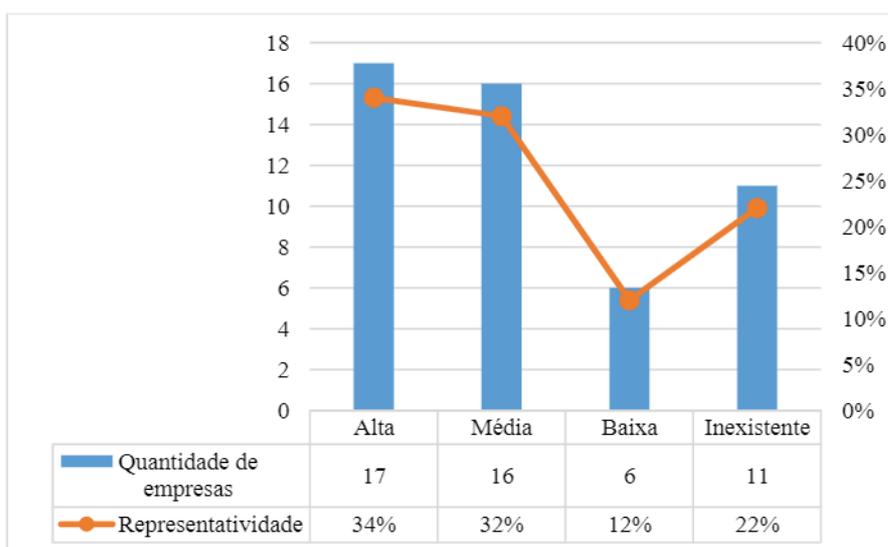


Figura 4 Representatividade da proximidade com os ODS

Fonte: dados da pesquisa.

A Figura 5 ilustra a proximidade de cada um dos setores com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dentre os setores com maior proximidade estão: Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Siderurgia e Metalurgia.

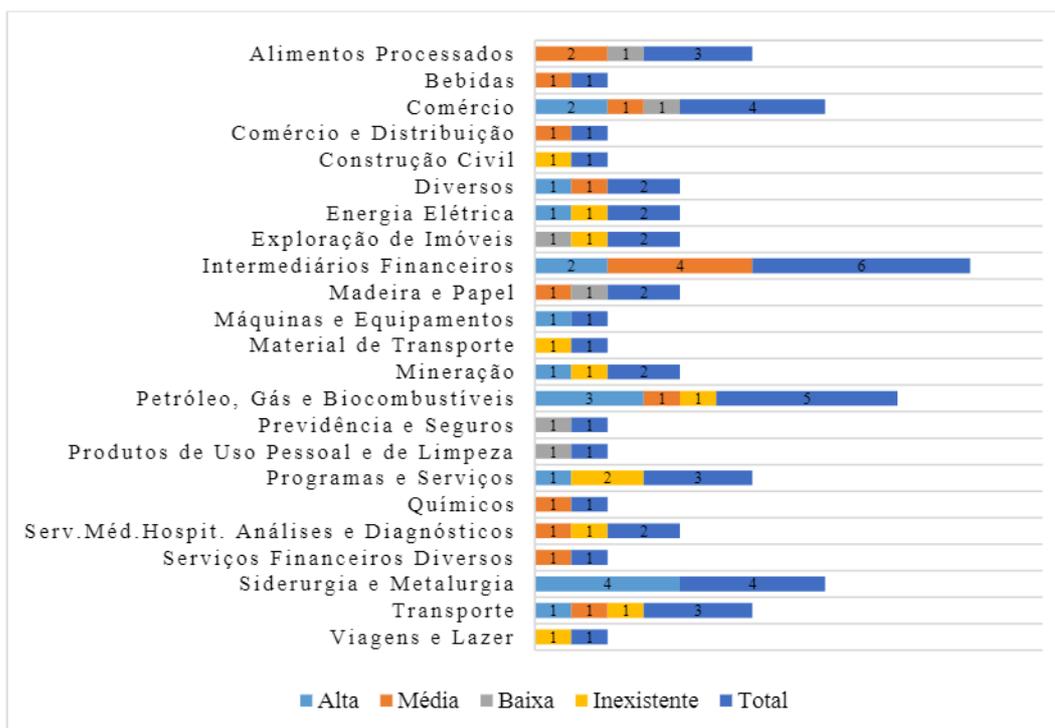


Figura 5 Proximidade setorial com os ODS

Fonte: dados da pesquisa.

Além disso, realizou-se um levantamento de quais dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais são mencionados nos relatórios, independentemente se estão diretamente ligados às metas ou projetos das empresas. A Tabela 7 dispõe a relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a quantidade de relatórios em que foram encontradas menções a eles.

Tabela 7

Menções aos ODS nos relatórios de sustentabilidade

ODS	Objetivo	Descrição do Objetivo	Menções
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas	30
5	Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres	28
10	Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	28
13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	28
4	Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida de todos e todas	27
12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	26
3	Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida sustentável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades	25
7	Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos e toda	25

16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	24
9	Indústria, inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	22
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	20
1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	19
6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos e todas	17
15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	17
2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover agricultura sustentável	15
14	Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14
17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento	11

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se que, de modo geral, as empresas da amostra mencionam principalmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de número 8, 5, 10 e 13, que são relacionados a Trabalho decente e crescimento econômico, Igualdade de gênero, Redução das desigualdades e Ação contra a mudança global do clima, respectivamente. Enquanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de número 17, 14 e 2 são mencionados em menos vezes, que se trata de Parcerias e meios de implementação, Vida na água e Fome zero e Agricultura sustentável, respectivamente.

Para compreender a relação entre o ESG *score* com a proximidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Figura 6 revela a quantidade de empresas para cada uma das possibilidades.

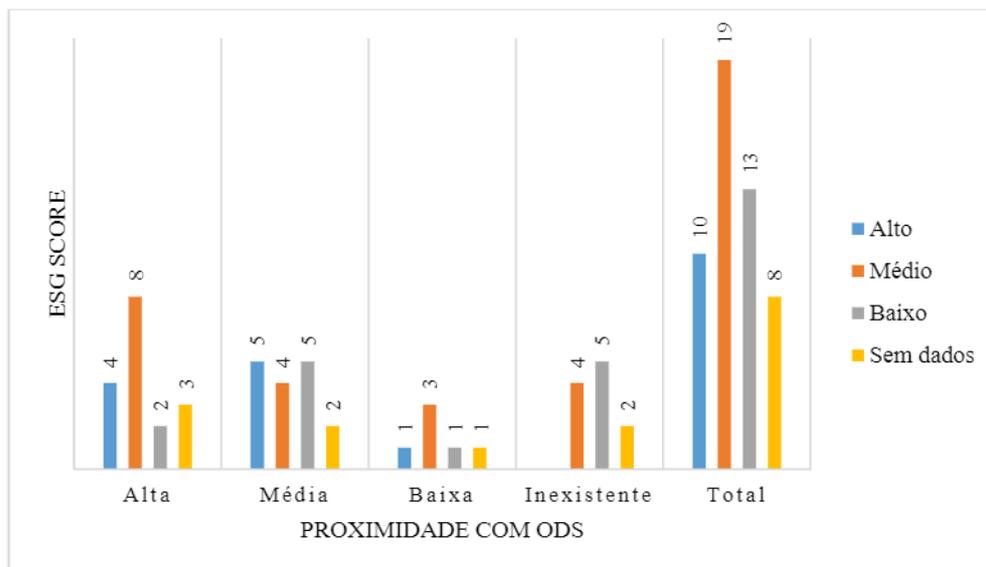


Figura 6 Relação da proximidade com ODS com ESG score

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se que maior parte das empresas com alta proximidade com os ODS, possuem ESG score Médio, o que não era esperado, partindo da ideia de quanto maior a proximidade com os ODS, maiores deveriam ser os scores de ESG. O fato de a relação entre as empresas com Baixo ESG score, não ter proximidade com os ODS, era esperado, entretanto, os resultados indicam que a relação entre as variáveis não é meramente intuitiva, e qualquer análise além dos resultados obtidos requer uma profunda pesquisa para compreender o contexto dos resultados. A próxima seção abordará as discussões geradas a partir dessa análise. Entre os indicadores qualitativos e quantitativos entende-se que há informações suficientes para entender melhor a proximidade das empresas brasileiras em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5 Discussões dos Resultados

Esta pesquisa teve como objetivo identificar se as empresas brasileiras de capital aberto, listadas no Índice Brasil 50 (IBrX50) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), utilizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para nortear suas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Por proximidade, entende-se o quanto a empresa se baseia e utiliza dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas estratégias de negócio e na criação de metas de sustentabilidade. A partir de uma análise de conteúdo do material coletado referente as empresas selecionadas, foi perceptível que a maioria das empresas, apresenta em seus relatórios temas relacionados à sustentabilidade, sociedade e governança, porém, há uma diferença considerável na maneira como essas informações são divulgadas. Esse resultado está relacionado às afirmações de Verrecchia (2001), que afirmava que as informações voluntárias de uma companhia poderiam estar sujeitas ao arbítrio de seus gerentes e ao que eles consideram estratégico para divulgação.

Ao agrupar as empresas analisadas em grupos conforme o setor em que elas estão contidas, notou-se uma diferença entre os princípios ESG de cada um deles, sendo que setores como Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Siderurgia e Metalurgia possuem índices ESG muito

inferiores às empresas dos setores como Intermediários Financeiros, isso provavelmente, por conta da atividade da empresa que impacta fortemente o meio ambiente.

Apesar disso, as empresas com baixos índices de ESG tendem a apresentar em seus relatórios uma alta proximidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Percebeu-se que não, necessariamente, há uma afinidade entre o ESG *score* e a proximidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, portanto, um alto ESG *score* nem sempre tende a acompanhar uma alta proximidade com os ODS, da mesma forma que o caminho oposto também não é necessariamente verdadeiro. Este resultado é contraintuitivo e corrobora as afirmações de Hummel & Schlick (2016) sobre a importância de se primar pela excelência na divulgação voluntária de informações sobre sustentabilidade, a fim de evitar discrepâncias e conclusões equivocadas.

Segundo Kadłubek (2015) as empresas estão tomando medidas relacionadas com o meio ambiente para se manterem competitivas e estáveis no mercado, de modo a estabelecer um bom relacionamento com seus clientes no longo prazo. Este movimento pode ser observado ao longo das análises dos relatórios de sustentabilidade das empresas do IBrX 50, uma vez que sustentabilidade é um tema amplamente explorado por todas as empresas estudadas, apesar de serem empresas que não necessariamente possuem boas práticas ESG.

Os resultados obtidos indicam, também, que as empresas pertencentes ao ISE B3, além de divulgarem melhores práticas ambientais, sociais e de governança, possuem maior proximidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O que corrobora as afirmações de Marcondes & Bacarji (2010) acerca do fato de o Índice de Sustentabilidade Empresarial ter se tornado uma ferramenta de gestão em que empresas brasileiras, a partir do seu objetivo de promover a divulgação de informações referentes à sustentabilidade pelas empresas, o que faz do índice uma referência de sustentabilidade, promovendo uma tendência de gestão sustentável nessas empresas.

Em pesquisa realizada por Amel-Zadeh & Serafeim (2017), observou-se que houve um aumento significativo na divulgação voluntária de dados ambientais, como emissão de carbono, consumo de água e geração de resíduos nas últimas décadas. Todos esses impactos estão presentes nos 17 ODS, porém, apesar de serem altamente mencionados nos relatórios, não há indícios claros de que as informações dos ODS estão precificadas no patrimônio da empresa, sendo que a relevância e confiabilidade desses dados contábeis são critérios fundamentais para produzir informações contábeis úteis para a tomada de decisão dos investidores e *stakeholders*.

As análises ratificam os achados da pesquisa de Izzo et al. (2020) em dois pontos: primeiro, que as empresas brasileiras, assim como as italianas, utilizam os Relatórios de Sustentabilidade como meio de divulgação dos ODS, e segundo, as análises sugerem que a conscientização dos ODS nas empresas é consideravelmente alta entre as maiores empresas listadas em bolsa de cada país, onde elas introduziram os ODS em suas práticas de divulgação e narrativas. Além disso, os resultados ainda concordam que, a natureza exata e requisitos dos ODS, bem como as definições de metas específicas relacionadas aos ODS, nem sempre são tratados e divulgados com clareza.

Os resultados, se revelaram alinhados com a pesquisa de Da Silva et al. (2021), ao apontar que empresas listadas em índices da B3 empregam esforços para satisfazer o Pacto Global da ONU, proposto nos 17 ODS. Em ambas as pesquisas, verificou-se que os ODS que requerem a cooperação externa não foram considerados com destaque nos relatórios de sustentabilidade, o que indica que as empresas analisadas buscam adotar medidas internas que reflitam no externo, evitando se engajarem em atividades relacionadas aos ODS de combate à pobreza e à fome.

6 Considerações Finais

Com os resultados obtidos, entende-se que o objetivo geral de identificar se as empresas brasileiras de capital aberto, listadas no Índice Brasil 50 (IBrX50) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), utilizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para nortear suas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) foi alcançado, uma vez que, foram evidenciados a proximidade dos ativos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir da análise dos relatórios anuais de sustentabilidade.

Dentre os achados, destaca-se que ainda são poucas as empresas que, além de mencionar os ODS, os incorporam em suas metas e iniciativas de maneira objetiva, mostrando perspectivas futuras e casos reais de atuações quanto aos temas de sustentabilidade, sendo assim, o resultado da pesquisa não é o suficiente para garantir se a divulgação nos relatórios está alinhada com a prática.

As observações indicam que apesar de cerca de 78% das empresas mencionarem ODS em seus relatórios, apenas 34% possuem alta proximidade, explorando o tema com maior profundidade e entendimento, evidenciando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas metas. Apesar disso, parece claro que é comum empresas com baixo ESG *score* e, portanto, práticas ambientais, sociais e de governança ineficazes, contarem com alta proximidade de ODS, que pode ser decorrente de enviesamento na divulgação das informações, cabendo análises futuras em estudos que ampliem os achados desta pesquisa.

A pesquisa contribui com a teoria, ao verificar com análises do contexto brasileiro o impacto da divulgação de relatórios de sustentabilidade no avanço das metas propostas no Pacto Global dos 17 ODS propostos pela ONU. Além disso, o trabalho propõe uma análise comparativa entre empresas listadas e não listadas em índices de sustentabilidade, e sob a ótica dos pilares de pontuações ESG em contraposição com a proximidade junto aos ODS.

O estudo teve como limitações, a amostra selecionada, e o período analisado ser referente apenas ao ano anterior ao da análise das empresas que compuseram os índices. Diante disso, estudos futuros podem explorar amostras e períodos mais abrangentes e incorporar discussões como: as práticas ESG nas empresas, considerando os efeitos das características de governança corporativa e os relatos de Objetivos de Desenvolvimento associados e a complexidade contábil por trás do ESG. Para esse tema cabe um estudo qualitativo e a compreensão das motivações por trás da divulgação de práticas de governança empresariais afirmativas.

Referências

Amel-Zadeh, A. (2018). Social Responsibility in Capital Markets: A review and framework of theory and empirical evidence. *SSRN Electronic Journal*. Retrieved from <https://doi.org/10.2139/ssrn.2664547>

Amel-Zadeh, A., & Serafeim, G. (2017). Why and How Investors Use ESG Information: Evidence from a Global Survey. *SSRN Electronic Journal*. Retrieved from <https://doi.org/10.2139/ssrn.2925310>

B3. (2015). *Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*.

B3. (2022a). Índice Brasil 50 (IBrX 50 B3). Retrieved 3 May 2022, from https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50.htm

B3. (2022b). Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Retrieved 3 May 2022, from https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm

Bardin, L. (2011). *Laurence Bardin - Análise de Conteúdo 1. News. Ge.*

Berthelot, S., & Magnan, M. (2003). Environmental disclosure research: Review and synthesis Value relevance of sustainability reports View project. *Journal of Accounting Literature*, 22, 1–44. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/285059735>

Cristófaló, R. G., Akaki, A. S., Abe, T. C., Morano, R. S., & Miraglia, S. G. E. K. (2016). Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *REGE - Revista de Gestão*, 23(4), 286–297. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.09.001>

Da Silva, B. S., De Queiroz, J. N., Da Silva, R. C., & Francisco, J. R. de S. (2021). Ações adotadas pelas empresas da B3 alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(2), 37–50. Retrieved from <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i2.1217>

de Freitas Netto, S. V., Sobral, M. F. F., Ribeiro, A. R. B., & Soares, G. R. da L. (2020). Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. *Environmental Sciences Europe*, 32(1), 19. Retrieved from <https://doi.org/10.1186/s12302-020-0300-3>

Degenhart, L., Vogt, M., & Hein, N. (2018). Relação do desempenho econômico-financeiro com a responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 8(1).

Drempetic, S., Klein, C., & Zwergel, B. (2020). The Influence of Firm Size on the ESG Score: Corporate Sustainability Ratings Under Review. *Journal of Business Ethics*, 167(2), 333–360. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04164-1>

ElAlfy, A., Palaschuk, N., El-Bassiouny, D., Wilson, J., & Weber, O. (2020). Scoping the Evolution of Corporate Social Responsibility (CSR) Research in the Sustainable Development Goals (SDGs) Era. *Sustainability*, 12(14), 5544. Retrieved from <https://doi.org/10.3390/su12145544>

Elkington, John. (1997). *Cannibals with forks : the triple bottom line of 21st century business*. Capstone.

ESG Book. (2022). ESG Book. Retrieved 3 May 2022, from <https://app.esgbook.com/dashboard>

Fundamentus. (2022). FUNDAMENTUS - Invista consciente. Retrieved 3 May 2022, from <https://www.fundamentus.com.br/index.php>

Hummel, K., & Schlick, C. (2016). The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure – Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 455–476. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.001>

Irigaray, H. A. R., Vergara, S. C., & Araujo, R. G. (2017). Responsabilidade Social Corporativa: o que revelam os relatórios das empresas. *Organizações & Sociedade*, 24(80), 73–88. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/1984-9230804>

Izzo, M. F., Ciaburri, M., & Tiscini, R. (2020). The Challenge of Sustainable Development Goal Reporting: The First Evidence from Italian Listed Companies. *Sustainability*, 12(8), 3494. Retrieved from <https://doi.org/10.3390/su12083494>

Jyoti, G., & Khanna, A. (2021). Does sustainability performance impact financial performance? Evidence from Indian service sector firms. *Sustainable Development*, 29(6), 1086–1095. Retrieved from <https://doi.org/10.1002/sd.2204>

Kadłubek, M. (2015). The Essence of Corporate Social Responsibility and the Performance of Selected Company. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 213, 509–515. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.442>

Li, Z., Jia, J., & Chapple, L. J. (2023). Textual characteristics of corporate sustainability disclosure and corporate sustainability performance: evidence from Australia. *Meditari Accountancy Research*, 31(3), 786–816. Retrieved from <https://doi.org/10.1108/MEDAR-03-2021-1250>

Machado Filho, C. P. (2006). *Responsabilidade social e governança : o debate e as implicações : Responsabilidade Social, Instituições, governança e Reputação*. Pioneira Thomson Learning.

Machado, M. R., Machado, M. A. V., & Corrar, L. J. (2009). Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa de valores de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, 24–38. Retrieved from <https://doi.org/10.4270/ruc.2009211>

Marcondes, A. W., & Bacarji, C. D. (2010). *ISE - Sustentabilidade no Mercado de Capitais*. Retrieved from São Paulo:

Marcus, J., Kurucz, E. C., & Colbert, B. A. (2010). Conceptions of the Business-Society-Nature Interface: Implications for Management Scholarship. *Business & Society*, 49(3), 402–438. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0007650310368827>

Novaes, W. (1992). Eco-92: avanços e interrogações. *Estudos Avançados*, 6(15), 79–93. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200005>

ONU. (2004). *Who cares wins: connecting financial markets to a changing world. Who Cares Wins Connecting Financial Markets to a Changing World*. Retrieved from https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf

ONU. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*.

Plastun, A., Makarenko, I., Khomutenko, L., Osetrova, O., & Shcherbakov, P. (2020). SDGs and ESG disclosure regulation: is there an impact? Evidence from Top-50 world economies. *Problems and Perspectives in Management*, 18(2), 231–245. Retrieved from [https://doi.org/10.21511/ppm.18\(2\).2020.20](https://doi.org/10.21511/ppm.18(2).2020.20)

- Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2. ed.). Novo Hamburgo: Feevale. Retrieved from www.feevale.br/editora
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D.-R., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217–230. Retrieved from <https://doi.org/10.5700/rausp1035>
- Schramade, W. (2017). Investing in the UN Sustainable Development Goals: Opportunities for Companies and Investors. *Journal of Applied Corporate Finance*, 29(2), 87–99. Retrieved from <https://doi.org/10.1111/jacf.12236>
- Soschinski, C. K., Brandt, E., & Klann, R. C. (2019). Internacionalização e práticas de responsabilidade social corporativa em empresas brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 047–064. Retrieved from <https://doi.org/10.14392/ASAA.2019120103>
- Szabo, S., & Webster, J. (2021). Perceived Greenwashing: The Effects of Green Marketing on Environmental and Product Perceptions. *Journal of Business Ethics*, 171(4), 719–739. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04461-0>
- UNPRI. (2021). *Building a bridge between financial risk, opportunities and real - World outcomes*.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97–180.